



Artigo Original

O desenvolvimento do socialismo de mercado

Fabio Barbieri¹

¹ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FEARP-USP).

*Correspondência: Fabio Barbieri – E-mail: fabbar@fearp.usp.br
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Av. Bandeirantes 3.900 – CEP: 14040-905 – Ribeirão Preto – SP – Brasil*

Resumo O artigo analisa o debate entre economistas neoclássicos que ocorreu na terceira década do século XX a respeito da possibilidade de planejamento central de uma economia. Traçamos o desenvolvimento dos modelos de “socialismo de mercado” – a tentativa de usar a teoria de equilíbrio para criar mecanismos alocativos que poderiam simular mercados reais. Defendemos a tese metodológica de que tal tentativa fracassou porque seus defensores desconsideraram assimetrias entre explicação e previsão existentes na teoria econômica: em cada passo, elementos de mercados reais negligenciados pelas simplificações teóricas impediam que o modelo funcionasse adequadamente, convidando a novas modificações que reintroduziam elementos dos mercados reais.

Palavras-chave: socialismo de mercado, planejamento central, desenvolvimento da teoria neoclássica.

Abstract The paper describes and analyses the debate among neoclassical economists that took place in the third decade of 20th. century regarding the possibility of central planning. We trace the development of the “market socialism” models – attempts to use neoclassical equilibrium theory to create allocative mechanisms that could simulate actual markets. We defend the methodological thesis that such attempts failed because its supporters disregarded asymmetries between explanation and prediction existing in economic theory: in every step in the development of market socialism, elements of actual markets that were neglected in theoretic simplifications prevented the model to work properly, inviting further modifications that reintroduced market elements.

Keywords: market socialism, central planning, development of neoclassical theory.

Resumen El estudio analiza el debate entre economistas neoclásicos que ocurrió en la tercera década del siglo XX a respecto de la posibilidad de planeo central de una economía. Trazamos el desenvolvimiento de los modelos del “socialismo de mercado” – la tentativa de utilizar la teoría del equilibrio para crear mecanismos de asignación de recursos que podrían simular los mercados reales. Defendemos la tese metodológica de que tal tentativa fracasó porque sus defensores desconsideraron las asimetrías entre explicación y previsión existentes en la teoría económica: en cada paso, elementos de los mercados reales que fueran descuidados por las simplificaciones teóricas impedían que el modelo funcionase adecuadamente, convidando a nuevas modificaciones que reintrodujeron elementos de los mercados reales.

Palabras-clave: socialismo de mercado, planeamiento central, desenvolvimiento da teoria neoclássica.

Introdução

Em 1920, Ludwig von Mises (1935) publica um artigo que inaugurou o debate sobre o cálculo econômico socialista.

No artigo, Mises argumenta que, ao contrário do que afirma o marxismo, o socialismo traria o caos, não um aumento da racionalidade do sistema econômico, já que, sem mercados, não haveria a formação de preços e, sem estes, não seria possível calcular custos e benefícios de usos alternativos de recursos.

Ao longo da década de 1930, surgiram diversos artigos publicados em inglês que contestavam a tese de Mises e procuravam mostrar como as escolhas econômicas poderiam ser feitas no socialismo.

A característica comum aos artigos é o fato de que os autores basearam suas propostas na teoria neoclássica.

Assim, a mesma teoria que havia sido utilizada para criticar a teoria clássica do valor e formular a tese de Mises foi, então, utilizada não só para argumentar que o socialismo seria viável, mas também para defender a superioridade desta forma de organização social sobre as economias de mercado.

As diversas vertentes da teoria foram utilizadas nessa empreitada. A abordagem de equilíbrio geral (EG) foi utilizada por Taylor (1929), Dickinson (1933) e Lange (1936, 1937) para propor esquemas socialistas que substituem os mercados por um sistema artificial de preços.

As abordagens marshalliana e mengeriana, por sua vez, foram utilizadas por Durbin (1936) e Lerner (1937) para propor economias socialistas nas quais se permitiriam mercados nos quais os participantes seriam firmas estatais, cuja

atuação seria determinada por regras ditadas centralmente.

Em ambos os casos, a incorporação no socialismo de um sistema de preços (real ou artificial) justifica a classificação das propostas como “socialismo de mercado” (SM).

Entre os defensores do SM, o debate gira em torno da formulação de um sistema adequado de instruções ditadas às firmas por um organismo de planejamento que garantam uma alocação econômica dos recursos.

Entre os seus oponentes, defende-se a inadequação da teoria de equilíbrio neoclássica para lidar com o problema econômico, tanto por autores marxistas, como Dobb, quanto por autores austríacos, como Hayek e Robbins.

No presente artigo analisaremos apenas o desenvolvimento dos modelos de SM. Nossa tese principal afirma, ao contrário da opinião padrão sobre o tema, que esse desenvolvimento foi marcado por vários recuos dos socialistas de mercado, na medida em que seus defensores desconsideraram a assimetria entre explicação e previsão (e, portanto, controle) existente na teoria econômica: em cada passo do desenvolvimento do SM, elementos dos mercados reais que foram negligenciados pelas simplificações

teóricas da microeconomia tradicional impediam que o modelo funcionasse adequadamente, convidando a cada crítica novas modificações que reintroduziram no modelo tais elementos, se distanciando do planejamento central.

Antes de entrarmos no desenvolvimento dos modelos, porém, é interessante dedicar algum espaço para relatar o contexto intelectual no qual as propostas do SM estavam inseridas, tanto em termos políticos quanto em termos do estágio do desenvolvimento da teoria econômica na época.

Do socialismo marxista ao socialismo de mercado

A visão de mundo dos socialistas de mercado, em larga medida, não se baseia no marxismo, mas no socialismo fabiano e nas crenças do partido trabalhista inglês.

De fato, boa parte do debate ocorre entre economistas da *London School of Economics* (Lerner e Durbin), fundada por membros da *Fabian Society* (casal Webb). Durbin, um dos participantes do debate, foi durante a guerra assistente pessoal de Clement Attlee, mais tarde eleito primeiro ministro pelo Partido Trabalhista.

Na esfera teórica, os autores são influenciados tanto pela teoria neoclássica

quanto pelo keynesianismo que acabara de surgir.

Além da substituição do marxismo pela teoria neoclássica como ferramenta teórica – o que muda significativamente a natureza da análise e a forma como se enxerga uma futura sociedade socialista –, algumas crenças marxistas são rejeitadas pelos socialistas de mercado.

Um dos aspectos do socialismo inglês é a rejeição da ditadura do proletariado em favor da democracia parlamentar inglesa. Durbin (1940, 1949), por exemplo, critica vigorosamente a idéia da ditadura (condenando inclusive os métodos totalitários na Rússia), em favor do socialismo democrático.

Por outro lado, dedica também um ensaio (Durbin 1949) à tarefa de criticar a tese de Hayek, desenvolvida em *O caminho da servidão*, segundo a qual os métodos socialistas levariam necessariamente à supressão da democracia e da liberdade.

Aprofundando as diferenças, na primeira página do *Economics of control*, Lerner (1944) nos conta que “o objetivo fundamental do socialismo não é a abolição da propriedade privada, mas a extensão da democracia”.

O seu ideal de socialismo – a economia controlada – poderia utilizar-se tanto de setores estatizados como de mercados

livres, caso esses sejam, em cada caso, os meios mais adequados para atender ao fim de maximizar o bem-estar.

Não se adere à propriedade privada ou ao “coletivismo puro” como princípios, mas como meios alternativos aos objetivos do governo.

A adoção da teoria neoclássica implicaria na aceitação do argumento de similitude formal entre capitalismo e socialismo (Barone 1935) e na necessidade de considerar as categorias econômicas antes rejeitadas pelos socialistas.

A tese de similitude, desenvolvida por Wieser, Böhm-Bawerk, Barone, Cassel e Knight, afirma que uma economia socialista também deve resolver o problema da escolha diante da escassez.

Por isso, para os socialistas de mercado, o planejamento tem que ser conciliado com a existência de preços.

it must follow that there is no formal or logical contradiction between planning and pricing. It is perfectly possible for a centralized authority to order a price system to appear and to follow the guidance it necessarily gives. There is no necessary connection between the form of the authority by which decisions are taken and principles according to which the decision are made (Durbin 1949:48).

Sempre que o funcionamento dos mercados garanta uma alocação ótima de bens, como sob condições de competição perfeita, o Estado socialista poderia permitir que houvesse mercados ou poderia ordenar que as empresas atuassem como se fossem competidoras.

Uma das tarefas do estado socialista seria, então, corrigir as falhas que desviariam os mercados do ótimo.

Apesar das diferenças em relação às formas mais usuais de socialismo, por outro lado, podemos encontrar elementos comuns ao ideário socialista, em especial no que se refere aos fins almejados.

Lerner (1944:3), por exemplo, identifica três problemas com a ordem social existente que deveriam ser resolvidos pelo socialismo: garantia de emprego, destruição do poder de monopólio e obtenção de uma distribuição de renda igualitária.

Da mesma forma, Durbin (1949) identifica os principais problemas da Inglaterra a serem resolvidos pelo socialismo: desigualdade de renda e desigualdade de oportunidades.

Todos esses problemas poderiam ser tratados com o auxílio da teoria econômica.

Afinal, na teoria neoclássica, a riqueza é determinada pela posse de recursos

produtivos e distribuições eqüitativas geram novos equilíbrios eficientes.

Adicionalmente, como os marxistas, os socialistas de mercado também consideravam que o grau de concentração nos mercados estava crescendo.

Os ganhos monopolísticos daí resultantes, contudo, poderiam também ser eliminados através de ordens que proibissem a cobrança de preços acima dos custos.

Finalmente, a obtenção de um equilíbrio estático organizado pelo estado eliminaria os desperdícios advindos do “*caos da produção*” atomizada.

I believe that that the substitution of conscious foresight for the instinctive adjustments of the competitive system, and the establishment of social authority in place of the search for private monopolistic control, will bring into existence a better balanced and a more securely progressive economy (Durbin 1949:21).

Embora a alocação de recursos nas firmas existentes seja feita via sistema de preços, imitando-se o comportamento ideal das firmas da teoria da competição, os defensores do SM defendem alguma forma de planejamento central na determinação dos investimentos ou na coordenação

intersetorial das indústrias. Isto é justificado pela maior capacidade que teria o Estado de enxergar o processo econômico como um todo, em comparação com a miopia dos agentes isolados atuando em interesse próprio.

A central authority, because it is central – because that is to say it can survey the whole industrial field – can see things no individual producer can ever see and give weight to considerations that cannot play any part in the calculations of men engaged in competing with one another. The general officers on the hill must be able to see more than the ensign in the line of battle (Durbin 1949:51).

Teoria, prática e escopo da teoria econômica

O “socialismo marginalista” naturalmente refletiu o estágio de desenvolvimento em que o programa de pesquisa neoclássico se encontrava na década de 1930.

Seus defensores abordavam apenas os problemas econômicos que eram considerados pela teoria naquele instante, relegando os demais aspectos concernentes à economia do socialismo a outras disciplinas, como a psicologia e a sociologia.

Por isso, as análises dos socialistas de mercado centram sua atenção no estabelecimento de um equilíbrio estático, obtido a partir de curvas de custo objetivamente dadas, derivadas a partir de preços cujo processo de formação não dependia substancialmente de hipóteses comportamentais sobre a ação fora do equilíbrio ou da existência de um determinado conjunto de instituições.

Qualquer questão sobre comportamentos ou sistema de incentivos era relegada a uma esfera “prática”, que não diz respeito ao economista teórico.

A restrição dos problemas tratados, além de refletir o estágio de desenvolvimento da teoria, tinha também valor estratégico no debate, pois excluiu as questões que poderiam inviabilizar as soluções propostas.

Na década de 1930, porém, os problemas que eram considerados legítimos pelos primeiros socialistas de mercado podem ser bem ilustrados por um curioso artigo de Frank Knight (1936).

Para Knight, a economia não tem nada a dizer sobre a viabilidade do socialismo a não ser mostrar a natureza idêntica do problema econômico em qualquer sociedade (similitude formal).

This means – and this is the main point to be made in the present paper – that the problems of collectivism are not problems of economic theory, but political problems, and that the economic theorist, as such, has little or nothing to say about them (Knight 1936:256).

Essa conclusão é derivada da percepção que o autor tem do escopo da economia. Curiosamente, a posição metodológica de Knight é semelhante à de Mises.

Para Knight (1936:257), o conhecimento econômico consiste em proposições válidas *a priori* sobre a lógica da escolha.

Da mesma forma que Mises, o autor considera que a ação humana diante da escassez implica nos conceitos de escolha, valoração, custos de oportunidade ou risco.

O conteúdo dessas escolhas, ou seja, os propósitos individuais e as condições sob as quais tais escolhas são feitas, são objetos da história, fugindo ao conhecimento certo que a teoria econômica *a priori* fornece.

Portanto, tudo o que se pode falar como economistas a respeito do socialismo é que o Estado tem que considerar preferências, está sujeito à escassez de recursos, deve calcular custos e compará-los à importância de cada via de ação alternativa, efetuando escolhas.

No socialismo, apenas “*as condições dadas seriam diferentes*” (Knight 1936:255).

Dados os fins da atividade econômica, a quantidade de recursos e as tecnologias, tendo em vista a escolha e a renda monetária do consumidor a ser gasta como desejar em bens com preços determinados, e assumindo, ainda, uma

burocracia administrativa honesta e competente, (...) o estabelecimento do coletivismo não apresentaria nenhum problema econômico sério (Knight 1936:259).

Tanto para Mises quanto para Knight, o problema econômico é definido da mesma forma.

Para o primeiro autor, a inexistência da instituição da propriedade privada impede o cálculo do custo de uma ação em um sistema econômico desenvolvido.

No entanto, para o segundo, o argumento de similitude formal refutaria o argumento de Mises, equivalendo a uma prova da possibilidade do socialismo (Knight 1936:263).

Knight afirma que, no socialismo, seria necessário estabelecer preços de fatores de acordo com a produtividade marginal (Knight 1936:262) e que os preços seriam

fixados sob o mesmo princípio do que sob “*competição individualista*” (Knight 1936:260).

Qualquer outra alternativa fugiria à competência do economista. Nenhuma palavra é dita sobre como tais preços poderiam ser estabelecidos.

Em poucos termos, o argumento do artigo de Knight, logicamente falho, pode ser resumido na seguinte proposição: *O problema econômico é o mesmo em qualquer sociedade, portanto, a sua solução no socialismo existe.*

Esse argumento só seria válido caso se admitisse de partida a possibilidade de existência do socialismo.

Mas isso é precisamente o que se quer provar. Temos, assim, uma petição de princípio.

Um argumento dessa natureza, especialmente vindo de um autor importante como Knight, pode ter sua origem explicada pelo que dissemos sobre o estágio da evolução da teoria.

Na mesma linha, Lange (1936:55) acusa Mises de adotar uma posição historicista, já que, segundo a interpretação langediana do argumento deste autor, o princípio econômico da escolha seria, então, aplicável apenas em sociedades com propriedade privada.

A descrição do equilíbrio competitivo e de suas propriedades alocativas resume o escopo legítimo da teoria econômica no momento.

O funcionamento dos mercados não apresentaria grandes dificuldades em qualquer arranjo institucional.

Os preços, para Knight (1936:258), são estabelecidos de forma “*quase mecânica*” através da interação das escolhas dos agentes. A teoria se limitava a descrever o estado final de equilíbrio competitivo.

O processo pelo qual se chega a esse equilíbrio, não contemplado pela teoria, é assim negligenciado quando se discute a replicação dos mercados no socialismo.

Depositava-se, assim, a confiança no poder explicativo da teoria: esta dava conta da essência dos fenômenos de mercado, não ficando de fora da teoria aspectos relevantes para o seu funcionamento.

Entre os socialistas de mercado, Lange acreditava que a teoria de EG descreve satisfatoriamente como ocorre a competição nos mercados reais e, portanto, pode ser replicado por simulação.

Somente mais tarde no debate, com a elaboração do argumento de Mises por Hayek e pelo próprio Mises, o processo de formação de preços deixa de ser não problemático e a importância das

instituições que permitem que tal processo ocorra volta a ocupar um papel central.

Propostas dos socialistas de mercado

Estudaremos, agora, as propostas de solução do problema do cálculo. A evolução do SM reflete a progressiva preocupação com aqueles problemas que Knight exclui do escopo da teoria econômica.

O resultado dessa preocupação é uma progressão dos modelos, desde a aplicação mais ingênua e literal da teoria do EG ao problema alocativo até a reintrodução de cada vez mais elementos retirados dos mercados reais.

O primeiro trabalho em inglês foi desenvolvido por Fred Taylor em 1928. Embora sua proposta de cálculo econômico seja bem incompleta, surgem pela primeira vez elementos utilizados mais tarde por Lange.

No artigo, Taylor procurava resolver o problema da determinação de quais bens deveriam ser produzidos a partir dos recursos existentes em uma sociedade socialista.

O autor entende que toda atividade produtiva no socialismo seria feita pelo Estado, segundo um plano.

A solução adequada do problema não deveria ser diferente daquela adotada no capitalismo, no qual a demanda guia a produção.

Taylor recomenda o seguinte procedimento a ser seguido:

- (1) o estado deveria assegurar aos cidadãos uma dada renda monetária e
- (2) o estado autorizaria o cidadão a gastar aquela renda como queira na compra de mercadorias produzidas pelo estado – um procedimento que virtualmente autorizaria o cidadão a ditar precisamente que mercadorias as autoridades econômicas do estado deveriam produzir (Taylor 1929:1).

Como Wieser, Taylor considera que a distribuição “socialmente correta” da renda garantiria que a disposição a pagar dos agentes refletiria a “importância social” do bem.

A utilidade marginal do bem deve ser comparada com seu custo de oportunidade. Este é calculado monetariamente através dos preços dos bens, fixados centralmente.

Os preços seriam estabelecidos no nível em que cubram os custos de produção, dados pela soma do valor dos recursos primários empregados.

Os custos refletiriam a subtração do emprego dos recursos em outros usos.

Novamente ecoando Wieser, esse esquema garantiria que o valor dos recursos primário seria imputado a partir do valor dos bens de consumo final.

Taylor não discute o valor dos bens intermediários, embora possamos presumir que estes sejam computados pelo mesmo procedimento, até ser reduzido aos preços dos fatores primários.

Não discute, além disso, a possibilidade de existirem diversas tecnologias para a produção de um bem, o que resultaria em custos diferentes conforme os fatores sejam substituídos.

Entretanto, o ponto crucial do esquema – utilizado, mais tarde, por Lange – é a forma de determinação dos preços dos fatores primários.

Estes seriam computados em tabelas denominadas “*tabelas de valoração de fatores*” (Taylor 1929:4) e seriam sujeitos a alterações segundo um processo de tentativas e erros.

O procedimento a ser seguido pelas autoridades econômicas seria dado por cinco passos (Taylor 1929:7):

- 1) Estabelecem-se os preços dos fatores de produção em níveis que se acredita que sejam adequados;
- 2) As funções administrativas seriam realizadas como se esses preços fossem absolutamente corretos;
- 3) Observar-se-iam resultados que indicassem que alguns dos valores provisórios estariam incorretos;
- 4) Os preços tabelados seriam corrigidos para cima ou para baixo conforme o tipo de erro detectado, e, finalmente;
- 5) Os passos (1) a (4) seriam repetidos até que desaparecessem as divergências.

No passo (3), se o preço de um fator fosse muito alto, as autoridades seriam muito econômicas no seu uso e muito pródigas se o inverso ocorresse. Isto tudo seria notado quando, no final do “*período produtivo*”, houvesse sobra ou falta no estoque do produto. Através desse método de correção, poder-se-ia estabelecer valorações corretas dos bens produzidos, resolvendo-se o problema do cálculo.

No início do artigo, Taylor afirma que pretende fornecer um guia “*bastante específico*” para a administração da produção no socialismo.

Contudo, aspectos importantes do problema não são tratados pelo autor.

Pouco se discute, por exemplo, os procedimentos pelos quais a produção seria adaptada as variações na demanda.

Embora incompleta, a proposta de Taylor é importante devido ao fato de que sua idéia de usar preços estabelecidos centralmente e sujeitos a um processo de correção será incorporada no modelo de Lange e será aceita por Dickinson.

A este último autor coube o passo seguinte no desenvolvimento dos modelos de SM, refinando o esquema proposto por Taylor.

A proposta de Dickinson é conhecida como a “*solução matemática*” ao problema do cálculo.

A solução de Dickinson (1933) consiste em afirmar que o Estado socialista deveria proceder da mesma forma como os agentes privados competitivos atuam segundo a descrição da teoria do EG.

Assim, o Estado socialista poderia não só replicar a racionalidade das alocações dos mercados reais, mas também melhorá-la, na medida em que conseguisse replicar de forma mais fiel do que os mercados reais um equilíbrio eficiente.

Dickinson imagina uma comunidade socialista com propriedade privada de bens de consumo e livre escolha de ocupação,

com o salário pago para o trabalhador como parte da renda individual.

Outra parte seria dada por uma parcela do “*fundo social*”, a somatória dos rendimentos a serem distribuídos pelo Estado fora o pagamento de salários.

Os bens de produção, por sua vez, seriam propriedade estatal.

A produção seria realizada pelo que Dickinson, algo contraditoriamente, chama de “*hierarquia de corporações autônomas*” (Dickinson 1933:239).

Tais corporações seriam agrupadas em trustes conforme afinidade técnica ou mercadológica e os trustes seriam agrupados por indústrias.

O conjunto das indústrias seria inspecionado pelo “*conselho econômico supremo*” (SEC).

As relações entre agentes nessa economia envolvem compras e vendas a preços dados.

Embora superficialmente imite mercados existentes, a economia socialista dispensa elementos como segredos industriais e desconhecimento dos planos de ação dos demais agentes. Esses segredos seriam fruto da rivalidade da competição real.

Although the forms of capitalistic organization are maintained, there is

one fundamental difference in that there is fullest publication of output, costs, sales, stocks, and other relevant statistical data. All enterprises work as if they were within glass walls (Dickinson 1933:39).

O autor compartilha, assim, a crença socialista de que uma visão clara do processo produtivo só não é obtida devido à presença da propriedade privada.

Para Dickinson, a publicação de estatísticas econômicas tornaria possível aproximar mais a realidade do ideal descrito pela teoria.

Curvas objetivas de demanda e custo, antes utilizadas para explicar o funcionamento dos mercados, sem necessariamente supor a sua existência na realidade, são agora passíveis de vir à tona no socialismo por meio de estimações estatísticas, viáveis em uma economia transparente.

Com base nas curvas estimadas, pode-se estabelecer matematicamente um conjunto de preços que coordene as atividades no mercado e resultem em uma alocação ótima.

As curvas de demanda por bens de consumo, por exemplo, seriam obtidas pelo departamento estatístico das agências de venda na medida em que se observa a demanda a preços diferentes.

Estes são alterados pelas agências com o propósito de regular o estoque existente do bem.

As firmas produtoras teriam, assim, conhecimento da demanda por seus produtos e, por sua vez, demandariam bens de ordem superior até se chegar aos fatores primários.

Os preços destes seriam fixados pelo SEC, de forma a garantir o pleno emprego do fator, supondo sua quantidade dada. Teríamos, assim, curvas de demanda pelos fatores.

Quanto ao fator trabalho, o salário deve refletir o valor de seu produto marginal. Com isso, chega-se a um dos dilemas dos socialistas de mercado: ou tem-se igualdade de renda, dada por fração do fundo social e se abdica da livre escolha de ocupação; ou preserva-se esta e perde-se a igualdade de rendas.

Estas, segundo a teoria, devem refletir as diferenças de valor da produtividade marginal.

Dickinson resolve a questão afirmando que, no socialismo, o acesso livre à educação reduziria as diferenças de renda obtidas pelo trabalho.

De qualquer modo, pagando-se salários conforme a produtividade ou não, Dickinson acredita que se pode avaliar

contabilmente o valor de cada tipo de trabalho para fins de cálculo.

Dados os preços dos fatores, Dickinson propõe, então, que as firmas aumentem ou diminuam a produção conforme haja lucro ou prejuízo.

Além disso, os fatores são substituídos conforme variem seus preços.

Ao contrário de Taylor, que defende explicitamente um mecanismo de tentativas e erros, Dickinson (1933:241) apenas menciona que os preços podem ser obtidos por “*sucessivas aproximações*”.

A solução de equilíbrio, entretanto, poderia ser obtida matematicamente com base nos dados estatísticos obtidos, não sendo necessário que se apele para o estabelecimento de preços em mercados.

Para que seja possível a determinação por equações simultâneas dos preços e quantidades de equilíbrio de um dado conjunto de produtos e uma dada quantidade de fatores primários, Dickinson afirma que o SEC necessitaria quatro tipos de funções: funções de demanda em relação ao preço, funções de produção, igualdades entre custo e preço e funções de demanda por fatores.

Com a solução matemática ao problema do cálculo, Dickinson conclui não só que o socialismo seria capaz de calcular custos, mas também que seria superior nessa

tarefa. Mencionando Pigou, Dickinson acredita que o Estado poderia corrigir as discrepâncias entre custos e benefícios privados e sociais, como aqueles derivados da presença de externalidades e eliminar desperdícios de recursos devido à ignorância, duplicação de esforços e falta de padronização.

Fundamentalmente, em Dickinson temos a crença de que os problemas econômicos seriam resolvidos fazendo uma nova realidade imitar a teoria que pretendia descrever uma realidade anterior.

Capitalist society, with its deviations from equilibrium due to inequalities in individual income, to competition, to monopoly, and to mutual ignorance of entrepreneurs concerning other entrepreneur's activities is a very imperfect approximation to the economic ideal. The beautiful systems of economic equilibrium described by Böhm-Bawerk, Wieser, Marshall and Cassel are not descriptions of society as it is but prophetic visions of a socialist economy of the future (Dickinson 1933:247).

Afirmção semelhante pode ser encontrada em Lange:

The actual capitalist system is much better described by the analysis of Mrs. Robinson and of Professor Chamberlin, than by that of Walras and Marshall. But the work of the latter two will be more useful in solving the problems of a socialist system (Lange 1937:127).

Embora almeje que a realidade imite a teoria, Dickinson tacitamente reconhece a possibilidade de que, na prática, seu esquema não seja factível.

De fato, o autor inicia e conclui o artigo afirmando que pretende refutar o argumento de Mises “*pelo menos em teoria*” (Dickinson 1933:238).

Cabe a Lange traçar claramente a distinção entre prova teórica e prática, desenvolvendo a proposta de Dickinson no sentido de contornar as objeções que foram levantadas por Hayek e Robbins em 1935.

Com o objetivo de contradizer as críticas, Lange (1936, 1937) publica um artigo em duas partes no qual procura fundir a solução de Dickinson com o mecanismo de estabelecimento de preços por tentativas e erros de Taylor, oferecendo, assim, uma prova “prática” da possibilidade do cálculo econômico socialista.

O artigo de Lange é estruturado da seguinte forma: na primeira parte descreve-se, inicialmente com o auxílio da teoria do

EG, como o problema do cálculo seria resolvido nos “mercados competitivos”.

Em seguida, investiga-se como a obtenção do equilíbrio via leiloeiro walrasiano poderia ser duplicada no socialismo sob a coordenação do “*central plannig boarding*” (CPB).

Na segunda parte do artigo, defende-se a superioridade do socialismo e discutem-se problemas da transição.

Ao discutir os “mercados competitivos”, Lange não distingue o comportamento das firmas em mercados competitivos reais daquele descrito pela teoria da competição perfeita, fundindo a realidade com sua descrição teórica.

Assim como em Dickinson, o trabalho de Lange reflete a confiança que os economistas tinham sobre a capacidade explicativa da teoria neoclássica.

Ao colapsar todos os aspectos do funcionamento dos mercados reais na descrição teórica da obtenção de preços de equilíbrio entre oferta e demanda, conclui-se que tal equilíbrio pode ser facilmente duplicado no socialismo através do estabelecimento por tentativas e erros de preços fixados centralmente.

Lange (1936:57) aponta três tipos de condições necessárias para se estabelecer o equilíbrio em um mercado competitivo

(com livre entrada e número grande de agentes):

- A. Condições subjetivas – os consumidores maximizam utilidade escolhendo bens de forma a igualar a utilidade marginal de uma unidade monetária em todos os usos; as firmas, ao maximizarem lucros, minimizam custos, o que implica em:
 - a. Escolha da combinação de fatores mais barata, e
 - b. Escolha da escala de produção de forma a igualar o preço ao custo marginal (decorrente da maximização de lucros) e ao custo médio (fruto da livre entrada); os proprietários de capital, trabalho e recursos naturais maximizam sua renda vendendo seus recursos;
- B. Condições objetivas – os preços são determinados de forma a igualar demanda e oferta de cada bem;
- C. Condições que expressam as instituições – a renda de cada agente consiste na receita de venda de seus recursos.

Quanto às condições subjetivas, sob competição, os preços são “*parâmetros*

que determinam o comportamento dos indivíduos” (Lange 1936:59).

Os indivíduos reagem, então, passivamente a variações nos preços. Dados os preços de todos os bens, as demandas e ofertas são determinadas.

A solução teórica do problema seria, então, dada pelas condições objetivas, que igualam demanda e oferta para um determinado vetor de preços, dada a renda de cada agente.

Já na realidade, a solução seria obtida por tentativas e erros, como sugerido por Taylor. Dados preços aleatórios, as condições subjetivas determinam demanda e oferta.

Caso não sejam idênticas, “*a competição dos compradores e vendedores irá alterar os preços*” (Lange 1936:59, grifo nosso) – é interessante notar que Lange não menciona nem o leiloeiro walrasiano nem os empresários como responsáveis pela alteração de preços. Na prática, porém, utilizam-se preços históricos.

Vejamos, agora, como esse mecanismo, visto como representativo do funcionamento dos mercados, poderia ser replicado no socialismo.

Inicialmente, Lange pressupõe liberdade de escolha de consumo e ocupação e propriedade pública dos bens de capital. Só

existiriam mercados reais para bens de consumo e trabalho.

Os preços destes bens seriam, então, preços de mercado, no sentido de existirem de fato trocas de bens por somas de dinheiro, enquanto os preços dos bens de capital seriam apenas entidades contábeis, parâmetros que devem ser levados em conta nas decisões alocativas das firmas.

Dado um conjunto de preços, as “*condições subjetivas do equilíbrio*” determinam o comportamento dos agentes.

Excessos de demanda e oferta indicariam que correções deveriam ser realizadas nos preços até que se obtenha a “*condição objetiva do equilíbrio*”, igualando-se demanda e oferta.

Os consumidores teriam suas demandas determinadas pelos preços e pela renda.

Os trabalhadores buscariam o emprego que oferte o maior salário e os proprietários de recursos os vendem para as firmas que possam “*responder por esses preços*”, segundo as instruções ditadas pelo CPB.

Em vez de maximizar lucros, as firmas seriam instruídas pelo CPB a minimizar custos médios.

One rule must impose on each production plant the choice of the combination of factors of production and the scale of output which minimizes

the average cost of production. The output of the whole industry must be determined by the rule to produce exactly as much of a commodity, no more no less, than can be sold to consumers or “accounted for” to other industries at a price which equals the average cost of production (Lange 1936:62).

A primeira regra, que substitui a maximização dos lucros, faz com que os fatores sejam escolhidos de forma a igualar o produto marginal de uma unidade monetária gasta com qualquer insumo.

A segunda regra substitui a livre entrada, garantindo que o preço seja igualado ao custo médio.

Adicionalmente, Lange afirma que a primeira regra garante que o preço seja igual ao custo marginal (Lange 1936:62).

Porém, se, além das quantidades de insumos, a firma escolhe ao mesmo tempo o nível de produção que minimiza custos, o preço seria igual ao custo marginal apenas no equilíbrio competitivo.

Se a firma seguir a primeira regra proposta, não precisaria observar o preço do produto, apenas dos fatores, para escolher a quantidade que minimiza custos médios, de forma que, fora do equilíbrio de longo prazo, ou a firma escolhe a quantidade de forma a igualar o preço ao custo marginal

ou ignora o preço do produto e produz no ponto de custo médio mínimo.

De qualquer modo, os preços – estabelecidos nos mercados, no caso de bens de consumo e trabalho, ou fixados pelo CPB, no caso de bens de produção – determinariam o comportamento dos agentes.

Lange procura, assim, reproduzir a característica de preços paramétricos que acredita existir em mercados competitivos.

For purposes of accounting prices must be treated as constant, as they are treated by entrepreneurs on a competitive market (Lange 1936:63).

Já que haveria centralização no socialismo, a possibilidade de ganhos de monopólio seria excluída pela imposição dos preços paramétricos como uma regra. “*Outro tipo de contabilidade não seria tolerada*” (Lange 1936:63).

Determinado o comportamento dos agentes, que reagem aos preços paramétricos, o CPB estabeleceria o conjunto de preços que levaria os agentes a fazer escolhas compatíveis entre si.

Ao implementar no socialismo o procedimento descrito por Walras, Lange acredita que as funções do mercado seriam, então, desempenhadas pelo CPB.

Our study of the determination of equilibrium prices in a socialist economy has shown that the process of price determination is quite analogous to that in a competitive market. The Central Planning Board performs the functions of the market. It establishes the rules for combining factors of production and choosing the scale of output of a plant, for determining the output of an industry, for the allocation of resources, and for the parametric use of prices in accounting. Finally, it fixes the prices so as to balance the quantity supplies and the demanded of each commodity. It follows that a substitution of planning for the functions of the market is quite possible and workable (Lange 1936:65).

Dada a solução teórica do problema do cálculo descrita acima, vejamos como Lange imagina que esta possa ser determinada na prática com o auxílio do mecanismo de tentativas e erros proposto por Taylor.

O CPB parte de um conjunto aleatório de preços, que, por sua vez, determina as ofertas e demandas dos agentes.

Excessos de demanda ou oferta levariam a aumentos ou reduções de preços, respectivamente, até que se obtenha o equilíbrio.

Partindo-se de preços dados historicamente, Lange acredita que apenas algumas alterações relativamente pequenas seriam feitas ao longo do tempo.

Esse mecanismo, segundo Lange, seria o mesmo existente nos mercados competitivos.

Pretende-se, com a adoção desse mecanismo, contornar a objeção levantada por Hayek e Robbins de que seria necessário que o CPB obtenha informações sobre as curvas de demanda e oferta.

Os consumidores e administradores das firmas tomariam decisões descentralizadas, sem a necessidade de resolver centenas de milhares de equações. Bastaria que se observassem as quantidades demandadas e ofertadas.

Embora, sem dúvida, a proposta de Lange represente uma redução da quantidade de informações requeridas pelo CPB em comparação com a proposta de Dickinson, a viabilidade prática da primeira pressupõe a discussão do volume restante de informação que o modelo requer.

Mas, como em Taylor, poucos detalhes são fornecidos sobre o funcionamento do mecanismo de correção, as mesmas ambigüidades que lá surgiram reaparecem aqui, como, por exemplo, sobre diferenças de qualidade e tipos de bens ou freqüência de reajustes de preços.

Enquanto, em um momento (Lange 1936:62), somos informados de que os preços dos bens de consumo são determinados nos mercados (o que levanta questões como o que garantiria que o preço de um produto arbitrariamente definido seja único ou constante), adiante (Lange 1936:66) mostra-se que os consumidores tomam decisões baseadas em preços ditados centralmente pelo processo de tentativas e erros.

No caso de bens de consumo serem sujeitos ao processo de tentativas e erros anterior às trocas, como computar a demanda?

Os consumidores teriam que responder um questionário informando a demanda por, digamos, dezenas de milhares de produtos a cada preço proposto?

Teriam que estabelecer suas escolhas de uma vez só? Como lidar com contingências? Esse questionário seria mensal ou anual?

Por outro lado, se o método for por observação de um processo de tentativas e erros real, como computar excessos de demanda? Pelo tamanho das filas?

As mesmas questões valeriam para os produtores. Se, por outro lado, os preços forem estabelecidos em mercados reais, como computá-los no tempo e espaço, lidando com sua variabilidade?

Como estas, várias outras questões poderiam ser levantadas para que se possa discutir a viabilidade do esquema proposto.

Lange crê, contudo, que não há motivo para que um processo de tentativas e erros semelhante àquele existente nos mercados não funcione no socialismo.

Na verdade, o mecanismo no socialismo deveria funcionar bem melhor, atingindo o equilíbrio com um menor número de interações, visto que o CPB possui conhecimento mais amplo sobre todos os aspectos da economia do que os agentes privados.

Reaparece aqui a hipótese das “paredes de vidro” de Dickinson que Lange inicialmente procurava contornar.

Os trabalhos de Taylor, Dickinson e Lange são classificados como socialistas de mercado por reconhecerem a necessidade de entidades análogas a preços de mercados.

Contudo, em tais propostas, os mercados de capital geralmente não existem na realidade; os preços são fixados centralmente.

Tendo isso em mente, é curioso considerar que o texto de Lange, que procura substituir os mercados, seja considerado representativo do SM.

De fato, tendo em vista a retomada do debate na década de 1990 (Bardhan e

Roemer 1993), observa-se que os mercados reais são de fato incorporados nos modelos, como é feito no trabalho de Durbin, que examinaremos em seguida.

Por isso, a proposta deste último autor, desenvolvida ao mesmo tempo em que a de Lange, deveria ser objeto de mais estudo, embora não tenha até aqui chamado a atenção ou causado tanta polêmica como a de Lange.

Voltar-nos-emos agora para essa segunda classe de propostas de SM baseado em mercados reais.

Se, por um lado, o socialismo de Lange almeja implementar na realidade o mundo abstrato da teoria do EG, por outro lado, a solução de Durbin ao problema do cálculo é menos abstrata, construída por um economista mais prático, membro ativo do Partido Trabalhista inglês.

Desse modo, Durbin (1936) procura refutar a tese de Mises através da elaboração de uma proposta mais prática do que aquela feita por Dickinson ou Lange, permitindo mais elementos dos mercados reais no seu modelo de SM.

Apesar de seu pragmatismo, Durbin acredita, como a maioria dos autores que estamos abordando, que o objeto de pesquisa de um economista deve se limitar à descrição do equilíbrio. Dessa maneira, temos poucas informações sobre as

instituições que fazem parte de sua proposta de socialismo.

Sabemos que o autor supõe planejamento central, possivelmente encarregado de coordenar as indústrias, planejar os rumos do crescimento e cuidar da distribuição, como em Lange.

Como na proposta deste, a administração da produção – área para a qual seria relevante o problema do cálculo – é feita por entidades públicas que seguem regras estabelecidas pelo órgão de planejamento.

Tais entidades seriam “trustes”, possivelmente setoriais. Cada truste consiste em um monopólio (Durbin 1936:680).

Ao contrário de Lange, porém, existem mercados “livres” de bens de produção com compras, vendas e preços descentralizados.

Os trustes são instruídos a atuar de forma competitiva nos mercados de produtos e fatores.

Let us suppose that the Central Authority has instructed all Trusts to compete with each other in the market for the mobile factors of production – land, unspecialized labour and new capital (Durbin 1936:680).

Com isso, pretende-se que a produção seja ajustada às necessidades dos consumidores da mesma forma que em competição perfeita.

Como garantir, então, que a economia baseada nos trustes estatizados replique os resultados desejáveis da competição perfeita?

Durbin pretende derivar da teoria um conjunto de regras de atuação para as firmas que possa ser adotado pela autoridade econômica socialista.

Como Lange, Durbin parece acreditar que os pressupostos comportamentais postulados pela teoria, como maximização de lucros e minimização de custos, são, de fato, regras seguidas de forma literal pelas firmas nos mercados.

Se as firmas existentes seguem as regras descritas pela teoria, as firmas socialistas poderiam ser instruídas a seguir um conjunto de regras da mesma natureza.

O procedimento sugerido pelo método walrasiano, adotado por Dickinson, é descartado por Durbin.

O autor aceita os argumentos de Hayek e Robbins sobre a impossibilidade prática da solução matemática.

Os preços seriam estabelecidos de forma descentralizada segundo os custos de produção.

Quanto a estes, os trustes socializados, atuando em mercados reais, seriam instruídos pela “*autoridade central*” a seguir duas regras (Durbin 1936:678):

- (a) Que as firmas calculem o produto marginal dos fatores móveis em sua produção – naturalmente, o autor se refere ao valor da produtividade marginal dos fatores;
- (b) Que os recursos móveis sejam sempre movidos ao emprego de maior produtividade.

Se as regras fossem seguidas, a alocação de recursos seria idêntica àquela obtida sob competição perfeita.

Como o autor acredita que as firmas, de fato, calculam produtos marginais e atuam conforme as regras descritas pela teoria, não haveria diferenças substanciais entre o comportamento das firmas nos dois sistemas.

Tanto no capitalismo quanto no socialismo, as firmas teriam dificuldades técnicas para calcular produtos marginais.

Questionar a possibilidade de que as firmas sigam as regras, como faz Hayek, seria “*dogmatismo teórico*”.

Estes problemas não seriam do tipo “*que o professor de teoria econômica seja*

competente para discutir”. Tais problemas, pelo contrário, seriam objeto de “*análise sociológica e principalmente psicológica*” (Durbin 1936:678).

Como homem prático que é, Durbin não se contenta com a solução acima. O valor da produtividade marginal, aponta ele, seria apenas uma estimativa, sujeita a erros.

Tanto a estimação da produtividade física, que envolve reorganização da produção, quanto o seu valor monetário, que envolve estimativa de curvas de demanda, são sujeitas a erro.

A solução baseada nesse método deve, então, ser verificada por outro. Durbin se dedica ao problema da escolha do tamanho de uma planta, dado que o truste, como monopolista, deve atender a todo o mercado e a “*autoridade central*” deve, portanto, ditar regras que impeçam que surja exploração de ganhos monopolísticos, já que a curva de receita marginal é declinante para um mercado como um todo.

Como os trustes competem no mercado de fatores não específicos, obtemos para tais fatores preços que refletem o valor de seus produtos marginais.

Baseado nesses preços, para cada tamanho de planta, o truste deve estimar os custos (totais e médios) fixos, incluindo lucros normais, e os custos variáveis.

A soma dos custos fixos e variáveis médios gera a curva de custo médio total em forma de U. Teríamos, assim, uma família de curvas, para os diversos tipos de plantas.

O truste deveria, então, estimar a curva de demanda pelo seu produto. A planta a ser escolhida seria aquela cuja curva de custo médio que cruza a curva de demanda no ponto de mínimo da primeira. Teríamos, assim, que o preço do produto seria igual ao custo médio de longo prazo.

Estudada a solução de equilíbrio, Durbin busca ir além da preocupação essencialmente estática de Lange, procurando investigar o comportamento das firmas diante de mudanças na demanda, preços de fatores, preço do capital fixo ou na tecnologia.

Não só esses fatores variam, mas também podem ser estimados incorretamente pelas firmas. Em ambos os casos, as firmas devem mudar seu comportamento. Durbin procura, assim, fazer frente as críticas dos opositores do SM, que enfatizam o aspecto dinâmico de adaptabilidade a mudanças dos mercados.

A resposta de Durbin, entretanto, é feita em termos de alguns exercícios de estática comparativa frente a algumas mudanças esporádicas.

Vejamos apenas como lidar com variações na demanda.

Em primeiro lugar, a demanda pelo bem produzido pelo truste pode crescer. Esta mudança não apresentaria dificuldade, pois a decisão de aumentar a produção através do emprego de mais capital nas plantas existentes ou através da construção de nova planta pode ser feita tendo como critério o menor custo adicional.

O problema seria mais complexo se a demanda diminuísse, visto que o capital fixo, agora redundante, já estaria aplicado na produção.

Neste caso, as firmas ou elevam o preço para obter lucro máximo de monopólio no curto prazo até que se possa alterar o tamanho da planta ou operam no ponto eficiente e o prejuízo é coberto pelo Estado.

O autor prefere a primeira instrução, pois evita o sistema de subsídios e impostos necessários para operacionalizá-la. Vale a pena reproduzir a regra de Durbin.

The Central Authority simply says to its local representatives: "Here is a plant. Whenever output you make, make it at the lowest possible total cost. Make the largest output you can consistent with earning normal profit on the cost of replacing your plant. When, through a change in market conditions, you cannot earn normal profit at all, then earn the biggest profit you can (i.e. produce at

the point where marginal revenue is equal to marginal cost other than profit). When you cannot earn normal profit, you will be producing less than the capacity for which the plant was built, and you must then consider what smaller plant would, working to capacity, produce a lower output and earn normal profit. In the fullness of time that plant must be built (Durbin 1936:686).

As outras alterações nos fundamentos da economia ou seriam análogas às variações na demanda, ou não ofereceriam problemas teóricos.

Durbin conclui, então, o conjunto de regras que devem ser seguidas pelos trustes socialistas.

Dado o conjunto de regras sugeridas acima, Durbin pretende ter oferecido uma prova teórica da possibilidade do socialismo, refutando a tese de Mises e, ao mesmo tempo, oferecendo uma solução mais prática do que a solução matemática.

Tanto o SM “artificial” (mercados simulados) de Dickinson e Lange quanto o SM “real” (mercados reais) de Durbin foram alvo de críticas feitas por Lerner.

Embora seja o mais ácido crítico dos trabalhos de Dickinson, Lange e Durbin, Lerner é um defensor do socialismo, acreditando que, apesar dos defeitos, os

trabalhos dos três autores mencionados refutam a tese da impossibilidade do cálculo econômico.

A discordância de Lerner se refere ao tipo de regras que as firmas socializadas deveriam seguir.

Lerner, o mais sofisticado economista envolvido nesse debate, não constrói um modelo próprio de funcionamento do socialismo, limitando-se a corrigir os defeitos analíticos das regras dos demais autores.

Essa postura é coerente com a sua crença na irrelevância das questões institucionais para a teoria econômica.

De fato, entre os autores estudados, Lerner é o que mais fielmente se aproxima da posição de Frank Knight discutida anteriormente (por exemplo, vide Lerner 1937:267).

A principal crítica de Lerner a Lange e Durbin consiste em notar que estes últimos buscaram replicar no socialismo o modelo de competição perfeita, quando, na verdade, deveriam almejar diretamente uma alocação de recursos socialmente ótima (Lerner 1936-7:73).

A solução competitiva seria ótima apenas se as irrealistas pré-condições do modelo competitivo estivessem presentes.

Deve-se supor, por exemplo, que a demanda seja atendida por um número

grande de plantas operando em tamanho ótimo (custo médio mínimo) e que a escala ótima de produção não tenha uma tendência a crescer ao longo do tempo (Lerner 1936-7:75).

Quando as condições para a competição perfeita não estiverem presentes, o que sempre ocorre, erroneamente busca-se imitar um meio, não o fim, da maximização do bem-estar.

Quando o caso competitivo ocorrer, o preço será igual ao custo médio e ao custo marginal, no longo e no curto prazo.

A alocação correta de recursos da economia, porém, exige apenas que o preço seja igual ao custo de oportunidade marginal.

Igualar o preço ao custo marginal equivale, em termos dos insumos, a escolher as quantidades dos fatores até que o produto marginal de cada fator multiplicado pelo preço do produto seja igual ao preço do fator.

If we so order the economic activity of the society that no commodity is produced unless its importance is greater than that of the alternative that is sacrificed, we shall have completely achieved the ideal that the economic calculus of a socialist state sets before itself (Lerner 1937:253).

Quando as condições competitivas estiverem ausentes, a regra que iguala preço ao custo marginal ($p = CMg$) continua representando o desejável em termos de bem-estar.

Exigir que se iguale o preço ao custo médio mínimo seria apenas copiar um acidente do modelo, não o seu aspecto desejável.

Este é o ponto principal da crítica que Lerner (1936-7) faz ao artigo de Lange: este último estaria buscando replicar o modelo competitivo como um fim, e não como um meio.

As duas regras de Lange exigem, de fato, que as firmas minimizem o custo médio de produção, sendo a primeira dirigida aos administradores de cada planta e a segunda não se sabe a quem.

Cumprir esta última regra poderia ser tanto a função do responsável pelo setor ou ser um convite à entrada e saída de firmas quando houver oportunidade de lucros.

As regras corretas a serem seguidas pelas firmas no socialismo, na opinião de Lerner (1936-7:76), seriam:

- 1) Todo produtor deve produzir o que quer que esteja produzindo ao menor custo total.

- 2) Um produtor produzirá qualquer quantidade ou qualquer aumento de produção que possa ser vendido por um preço igual ou maior do que o custo marginal daquela produção ou aumento de produção (ou algum múltiplo do custo marginal fixo para todos pelo ministro da produção, visto que proporcionalidade é tudo que se necessita).

Na resposta às críticas, Lange (1936-7) aceita o ponto de Lerner, afirmando, porém, que a confusão foi devida à falta de clareza por sua parte sobre o que seria uma norma a ser seguida a todo instante e o que seria fruto da obtenção do equilíbrio.

As regras são reformuladas por Lange (1936-7:143) e podem ser resumidas da seguinte forma:

- A. As firmas devem produzir até que o preço seja igual ao custo marginal, mesmo que haja prejuízo;
- B. Os administradores setoriais aumentam ou diminuem o número de firmas de modo que o preço se iguale ao custo médio. Quando o preço for superior ao custo médio o setor é expandido e vice-versa.

Lange reconhece que a aplicação da segunda regra envolve dificuldades quando o tamanho de cada planta é tal que apenas poucas delas sejam necessárias para atender a demanda total.

Por sua vez, essas dificuldades são justamente o foco da crítica que Lerner (1937) faz à proposta de Durbin no debate travado entre os dois autores, debate ao qual nos voltaremos agora.

A discussão é bastante interessante porque envolve, por um lado, um autor interessado na solução de problemas práticos da implementação do socialismo pelo Partido Trabalhista inglês e, por outro, um autor preocupado com o rigor teórico na discussão da alocação ótima no mesmo regime, que considera as questões práticas que preocupam o primeiro como externas ao campo de investigação do economista.

A discussão entre os dois envolve considerar se os problemas levantados por Durbin implicariam em dificuldades na adoção das regras teoricamente corretas defendidas por Lerner. Em termos mais concretos, os dois autores debatem sobre a relevância da regra do custo médio.

Do mesmo modo que na crítica à proposta de Lange, Lerner (1937) também critica Durbin por adotar como modelo a teoria da competição perfeita, em especial a regra de minimizar o custo médio (CMe), não a

maximização direta do bem-estar, expressa na regra que iguala preço ao custo marginal ($p = CMg$).

Lerner considera que, além de incompatíveis em certos casos, as regras não garantem que o preço seja igualado ao custo marginal.

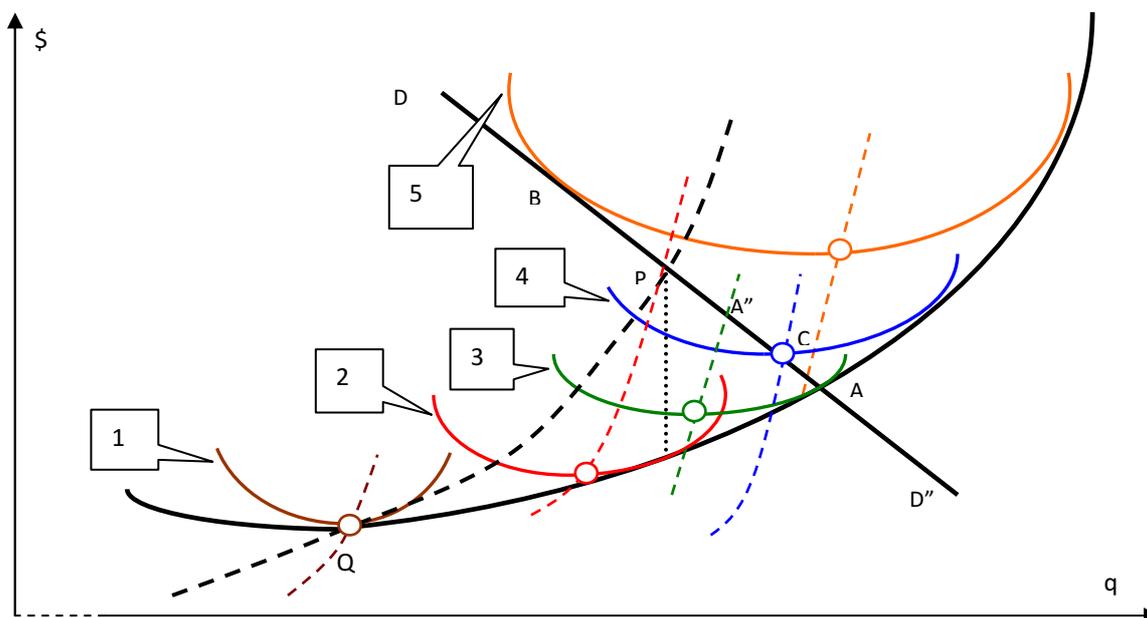
Se houver competição, a segunda regra implica na obediência da primeira.

Quando esta se aplica, apenas substitui-se um sintoma da competição perfeita por outro, sem que ocorra a equalização do valor ao custo marginal.

No longo prazo, o critério de Durbin para escolha da planta cuja curva de custo médio perpassa a demanda no ponto de mínimo é também criticado.

A proposta de Durbin é representada por Lerner no clássico diagrama de custos médios de longo e curto prazo.

Devido à complexidade da figura original (Lerner 1937:261), reproduzimos em seguida uma ampliação da metade direita da curva de custo de longo prazo desenhada, acrescentando números para facilitar a identificação das curvas de curto prazo (Figura 1).



Fonte: Lerner (1937:261).

Figura 1. Diagrama de custos médios de longo e curto prazo.

No diagrama, as curvas de custo médio são desenhadas com linhas cheias, com seus

mínimos indicados por pequenos círculos, e os custos marginais por linhas tracejadas.

A curva de demanda de mercado perpassa a curva de custo médio de longo prazo no ponto A.

A planta 4, escolhida por Durbin, tem custo médio mínimo em C, no cruzamento desta com a curva de demanda.

A regra rejeitada por Durbin de maximizar a produção consistente com lucros normais é mostrada em A na planta 3.

Durbin erroneamente crê, aponta Lerner, que esta solução seria equivalente a construir a planta cujo lucro máximo seria o lucro normal (ponto B).

Todas essas soluções, para Lerner, são errôneas. Em primeiro lugar, a solução em C não atende as regras de curto prazo de Durbin, pois apenas na solução B uma redução na demanda implica que não se pode mais obter lucros normais.

A solução C não é de lucro máximo, portanto, poder-se-ia reduzir a demanda e mesmo assim obter lucros normais.

Além disso, e mais importante, a solução seria incorreta, pois em C o custo médio é maior no curto do que no longo prazo, o que indica que outras plantas poderiam fabricar essa quantidade a custo menor.

A planta 3 seria incorreta porque o preço está abaixo do custo marginal de longo prazo, indicando que a planta é muito grande.

Caso seja construída esta planta, a solução correta seria em A", em que o preço seria igual ao custo marginal no curto prazo, não em A.

Da mesma forma, a planta 5 também é muito grande e a solução correta, nesse caso, seria B" (não indicada na Figura 1), em que preço se iguala ao custo marginal de curto prazo.

A solução correta, aponta Lerner, seria no ponto P, utilizando-se a planta 2. Neste ponto, os custos marginais de curto e longo prazo coincidem e são iguais ao preço, como requer a alocação ótima de recursos.

Nesse ponto, também, os custos médios de longo e curto prazo são os mesmos.

Apenas se a curva de demanda cortasse a curva de custo médio no ponto Q a solução A seria correta.

Se houvesse retorno constante de escala, o que implica em curva de custo médio de longo prazo horizontal, todas as propostas seriam corretas, idênticas ao ponto Q.

Quanto à transição do curto para o longo prazo, Lerner afirma que o princípio do custo marginal também seria o bastante.

Quando pequenas partes de uma planta velha são substituídas, deve-se considerar o benefício marginal e o custo marginal da substituição.

Quando a vida útil do equipamento se aproxima do fim, o benefício de trocar tais peças diminui na margem, enquanto os custos aumentam até que a alternativa de manter o capital antigo se torne mais custosa do que trocá-lo e, então, a troca é feita.

Lerner conclui que não é necessário, em caso algum, se desviar da regra do custo marginal.

Lerner aponta que a regra correta a ser seguida no socialismo seria de Durbin, que admite que o preço deveria cobrir o custo marginal quando parte do capital for fixo e não tiver custo de oportunidade.

Porém, como mencionamos acima, Durbin não aceita esse princípio por razões práticas.

Lerner (1937:258-9), então, critica as razões práticas apontadas. Entre elas, afirma que o problema de subsidiar indústrias deficitárias sob a regra do custo marginal é um problema de transição, não de alocação correta de recursos. Dever-se-ia buscar uma transição rápida ao socialismo para evitar o problema.

A crítica de Lerner foi objeto de uma resposta por parte de Durbin (1937). Enquanto a crítica à escolha da planta adequada do diagrama é aceita, a crítica à regra de maximizar lucros no curto prazo não.

Durbin afirma que Lerner não só teria distorcido o seu argumento, mas também não teria sido capaz de responder às questões práticas levantadas.

Lerner, segundo Durbin, teria preferido ajustar a realidade às suas categorias a lidar com os problemas concretos.

Ao admitir que a dificuldade de financiar os prejuízos das firmas estatais operando segundo a regra do custo marginal requer transição rápida para o socialismo, Lerner admite que suas regras são inaplicáveis e os fatos deveriam, então, se adaptar à teoria.

A utilidade da regra de maximização de lucros quando a demanda cai, esclarece Durbin, é derivada da importância de se manter a independência financeira das unidades produtivas.

I may be mistaken, or I may be unduly influenced by the ideas and practices of a capitalist society, but it seems improbable to me that mere cost figures – representing no actual funds – will be taken very seriously. It seems unlikely that particular interest will be taken in receipts and costs if industries can make “loses” and finance them for long periods by drawing on the “profits” of other concerns. Financial independence is surely and invaluable incentive to, and the comparison between costs an

invaluable measure of, managerial efficiency (Durbin 1937:581).

A partir disso, Durbin conclui que, quando a demanda é atendida por uma única firma ou quando os custos se alteram com o volume produzido, haveria um conflito entre o realizável na prática e o desejável teoricamente.

A fim de defender exceções à regra do custo marginal, Durbin é relutantemente levado pelas preocupações práticas a fazer uso de um argumento sobre incentivos, assunto excluído das discussões por todos os socialistas de mercado do período.

Desse modo, depois de defender a independência financeira das firmas, Durbin (1937:581) interrompe a discussão notando que o argumento “*levaria a um mundo de pura psicologia – de ciência profética – um paraíso inatingível para o mero teórico da Economia*”.

Em sua réplica, Lerner (1938) ataca a preocupação de Durbin com a independência financeira.

Em primeiro lugar, a eficiência administrativa poderia ser feita por comparação de custos de firmas diferentes produzindo o mesmo bem.

Em segundo lugar, o argumento trazido pela incursão psicológica de Durbin só seria relevante no capitalismo e no

comunismo russo, pois a renda do capitalista e do stakhanovista depende do seu desempenho.

No socialismo, no qual os valores monetários são apenas expedientes contábeis, essa “*estranha dificuldade psicológica desapareceria*”.

Entretanto, Lerner não discute como seriam, então, os incentivos que substituiriam os ganhos materiais.

O argumento de Lerner torna ainda menos claro que tipo de socialismo o autor tem em mente, já que tanto no modelo de Lange quanto no de Durbin o trabalho é de fato atraído para os salários mais altos e, portanto, não são meramente contábeis.

Conclusão

Na literatura do SM, a tentativa de “transplantar” o sistema de preços para um novo ambiente institucional em que possa ser controlado suscita as interessantes questões metodológicas relacionadas à complexidade do problema econômico e à assimetria entre explicação e previsão/controle na teoria que descreve esse problema.

Quando utilizadas para descrever o funcionamento dos mercados, certas simplificações da teoria neoclássica podem ser justificadas na medida em que sejam úteis para responder a um conjunto

específico de problemas colocados pelo economista.

Ficam de fora do modelo inúmeros outros elementos existentes nos mercados que não sejam essenciais para tal tarefa.

Porém, quando utilizado para criar um mercado artificial, o desprezo dos elementos excluídos do modelo podem frustrar a tarefa de fazer com que esse sistema de preços artificial funcione de forma adequada. Isso ocorre quando o objeto de estudo for complexo.

Em sistemas simples, ou seja, que possam ser descritos por um conjunto pequeno de variáveis e relações, aquelas equações utilizadas para explicar um evento passado são suficientes para prever e controlar um evento futuro.

Em um sistema complexo, por outro lado, há uma quebra na simetria entre explicação e previsão, já que pequenos eventos desconsiderados pela teoria podem ter consequências significativas, frustrando a capacidade de previsão e controle.

No problema do cálculo, o artigo original de Mises convida precisamente os defensores do socialismo a explicitar como lidariam com a complexidade das decisões econômicas.

A estratégia destes foi exatamente excluir do escopo da economia essas complexidades que trariam problemas para

a aplicação simples da teoria de equilíbrio neoclássica.

De fato, diante da complexidade do problema, as propostas originais de cálculo em espécie ou horas de trabalho feitas na década de 1920 foram abandonadas pelo uso do cálculo em valores no SM.

A solução matemática de Dickinson, por sua vez, sofre da impossibilidade de se obter centralmente todos os dados para estimar econometricamente as curvas de custo e demanda.

A solução de Lange lidou com esses problemas através da introdução de um leiloeiro walrasiano, dispensando parte da tarefa dos órgãos estatísticos.

No mundo real, porém, o cômputo de um equilíbrio estático não basta, pois a todo instante os fundamentos da economia mudam e, assim, deveriam mudar os preços de equilíbrio.

A rigidez imposta pelo modelo é enfrentada por Durbin pelo abandono do controle central de preços em favor de seu estabelecimento de forma descentralizada e sugestão de regras de ação para firmas.

Essa solução, entretanto, ainda pressupõe como dadas aos empresários as curvas de custo e demanda, sem que haja um processo de rivalidade ou competição entre empresários. Da mesma forma, fatores como inovação, diversificação de produtos

e assim por diante não são tratadas pelos modelos.

A crítica de Hayek (1935) ao SM, de fato, aponta a estratégia adotada pelos autores estudados neste trabalho: estes estariam assumindo como dado de antemão o conhecimento que faz parte da solução do problema alocativo e esse conhecimento seria gerado precisamente pelo processo competitivo excluído na simplificação

teórica da teoria pura de equilíbrio estático.

Esse processo gradual de abandono do planejamento central por parte do SM atingirá o ápice na década de 1990, quando novos modelos (Bardhan e Roemer 1993), diante de problemas de informação assimétrica e incentivos incorporados na teoria neoclássica, contemplam inclusive a existência de bancos e bolsas de valores no socialismo.

Referências

- Bardhan P, Roemer JE (Eds.). *Market socialism: The current debate*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Barone E. The ministry of production in the collectivist state. In: Hayek FA (Ed.). *Collectivist economic planning*. Londres: Routledge, 1935.
- Dickinson HD. *Economics of socialism*. Oxford: Oxford University Press, 1939.
- Dickinson HD. Price formation in a socialist economy. *The Econ Journal*. 1933, 43(170):237-50.
- Durbin EFM. A note on Mr.Lerner's dynamical propositions. *The Econ Journal*. 1937, 47(187):577-81.
- Durbin EFM. Economic calculus in a planned economy. *The Econ Journal*. 1936, 46(184):676-90.
- Durbin EFM. *Problems of economic planning*. Londres: Routledge, 1949.
- Durbin EFM. *The politics of democratic socialism: An essay on social policy*. Londres: Routledge, 1940.
- Hayek FA (Ed.). *Collectivist economic planning*. Londres: Routledge, 1935.
- Knight FH. The place of marginalist economics in a collectivist system. *Am Econ Rev*. 1936, 26(1):255-66.
- Lange O. Mr.Lerner's note on socialist economics. *The Rev Econ Studies*. 1936-7, 4:143-4.
- Lange O. On the economic theory of socialism: Part one. *The Rev Econ Studies*. 1936, 4(1):53-71.
- Lange O. On the economic theory of socialism: Part two. *The Rev Econ Studies*. 1937, 4(2):123-42.

Lerner AP. A note on socialist economics. *The Rev Econ Studies*. 1936-7, 4:72-6.

Lerner AP. Statics and dynamics in a planned economy. *The Econ Journal*. 1937, 47(186):253-70.

Lerner AP. *The economics of control: Principles of welfare economics*. Nova York: Macmillan, 1944.

Lerner AP. Theory and practice in socialist economics. *The Rev Econ Studies*. 1938, 6:71-5.

Mises L. Economic calculation in a socialist commonwealth. In: Hayek FA (Ed.). *Collectivist economic planning*. Londres: Routledge, 1935.

Taylor FM. The guidance of production in a socialist State. *The Am Econ Rev*. 1929, 19(1):1-8.